

Introdução

Na década de 70, Tyler Burge escreveu que podia parecer surpreendente que alguém teorizasse sobre nomes próprios (cf. BURGE, 1973: 425). Afinal, *prima facie*, não parece haver nenhuma complicação na forma como eles se relacionam com o mundo. Essa primeira impressão, contudo, se desvanece quando temos ciência da considerável quantidade de pesquisas e artigos dedicados à temática dos nomes próprios desde os primeiros dias da filosofia analítica até hoje. A temática foi devassada de uma forma tão ampla e minuciosa que fica difícil pensar em alguma questão pertinente ao seu domínio que não tenha sido objeto de reflexão. Em face disso, hoje, o que pode parecer surpreendente é que alguém ainda se atreva a dizer algo sobre os nomes próprios. Todavia, como se vê pelo título deste trabalho, esse é precisamente o meu caso. Esta introdução tem como objetivo principal apresentar as linhas gerais da argumentação que vou desenvolver ao longo dos sete capítulos deste trabalho e, com isso, desfazer a ideia de que não há mais nada de novo que possa ser dito sobre os nomes próprios. Antes de tudo, porém, é preciso dizer uma ou duas coisas sobre o processo de gestação das ideias que doravante vou apresentar.

Na maioria dos estudos filosóficos tradicionais sobre nomes próprios, o que se considera mais importante é explicar questões que tenham a ver com a função referencial dos mesmos, ou seja, com a função que eles têm de referir coisas. Pode-se argumentar plausivelmente que esse interesse pelos nomes próprios é derivado de um interesse mais básico pela questão das condições de verdade dos enunciados da linguagem. Aparentemente, a análise das condições de verdade de um enunciado *S* com ocorrência de um nome próprio *n* requer uma explicação acerca da função referencial de *n*. Com efeito, o valor de verdade de *S* pode se alterar em decorrência do fato de *n* exercer ou não uma função referencial, e as condições de verdade de *S* também se alteram se a referência de *n* se altera. Assim, é preciso esclarecer o que acontece quando *n* exerce uma função referencial, que fatores possibilitam que a função seja exercida etc. A elucidação dessas questões é importante para termos uma compreensão adequada das condições de verdade dos enunciados com ocorrência de nomes próprios.

Ora, mostrar interesse pela questão da verdade dos enunciados equivale a mostrar interesse pela relação da linguagem com o mundo, pela função

representacional da linguagem. Acontece que a linguagem não se relaciona só com os objetos do mundo. Também existe inegavelmente uma relação entre a linguagem e as pessoas que a utilizam. As pessoas usam a linguagem para dar e receber informações, e essa característica da linguagem também me parece altamente digna da atenção dos filósofos. É preciso explicá-la. E por que não dedicar também alguma atenção ao papel que os nomes próprios desempenham nesse intercâmbio de informações?

Esse é meu objetivo neste trabalho. Diferentemente da tradição, não é minha intenção principal pesquisar sobre a relação entre os nomes próprios e as coisas do mundo externo, interessa-me antes explicitar de que modo nomes próprios afetam os falantes para que estes possam processar certas informações, ou seja, interessa-me enfocar os eventos mentais que se relacionam com o uso de nomes próprios. Com isso, associo-me a uma posição sobre o estudo da linguagem que Noam Chomsky chama de “internalismo semântico” ou “internalismo linguístico”. De acordo com os que adotam essa posição, o nosso uso da linguagem depende essencialmente de certos eventos mentais e, por isso, só pode ser explicado na medida em que essa dependência é esclarecida. Essa posição se contrapõe ao externalismo semântico ou linguístico que afirma que uma explicação do funcionamento da linguagem não depende do exame de nenhum fenômeno mental ¹.

Vê-se assim que externalismo e internalismo semânticos são posições metodológicas, são visões de fundo sobre como devem ser as nossas explicações do funcionamento semântico da linguagem. Um externalista defende que tal funcionamento deve ser explicado unicamente a partir de descrições dos mecanismos externos que o tornam possível (mecanismos naturais, sociais, culturais, históricos etc.). Internalistas, por outro lado, não acreditam que descrições de fatores externos sejam suficientes para explicar o funcionamento semântico da linguagem. Eles advogam que o mesmo só pode ser explicado adequadamente se descrevermos os mecanismos internos que nos permitem usar a linguagem (mecanismos mentais, psicológicos, subjetivos etc.).

¹ É importante esclarecer desde já que essa distinção entre internalismo e externalismo semânticos não tem nenhuma relação direta com a distinção internalismo-externalismo que se faz no âmbito da epistemologia. No âmbito da epistemologia, internalismo e externalismo são posições sobre como são ou devem ser as justificativas de nossas crenças. No âmbito da semântica, internalismo e externalismo são posições sobre como devem ser nossas explicações de fenômenos semânticos.

Apesar de serem posições metodológicas, externalismo e internalismo estão em geral associados a determinadas visões a respeito da natureza da linguagem. Em outras palavras, um externalista e um internalista em geral dão respostas diferentes se lhes perguntamos qual o propósito precípua da linguagem. Um externalista, em geral, vê a linguagem como algo cuja primeira e mais alta finalidade é falar sobre o mundo. Um internalista, por outro lado, tende a ver a linguagem como uma ponte entre os conteúdos subjetivos dos falantes, uma ponte por onde circulam informações de vários tipos. De fato, creio que, na maioria das vezes, é a visão que o filósofo tem do propósito primordial da linguagem que determina qual metodologia ele preferirá para o estudo da mesma. É interessante notar, porém, que essa relação entre visão e metodologia não é necessária. Por exemplo, Searle certamente é internalista no método, mas a natureza da linguagem para ele ainda é essencialmente a de um instrumento que empregamos para descrever e modificar o mundo. Chomsky, por sua vez, adota um internalismo mais radical. Na sua visão, o que a linguagem faz em primeiro lugar é fornecer *inputs* para nossos sistemas internos de computação e representação.

Neste trabalho, não só adoto a metodologia internalista como também exponho uma visão internalista a respeito dos objetivos primários da linguagem. Com efeito, a tese central que defenderei aqui é a seguinte:

A função primordial de um nome próprio é a função operacional, isto é, a função de código. Isso quer dizer que eles servem antes de qualquer coisa para acionar, na mente dos falantes, operações de manipulação de informação, e que sua função referencial depende de sua função operacional.

Essa tese é sobre nomes próprios, mas a ideia principal se aplica a toda a linguagem. Na minha opinião, a principal função da linguagem é a função operacional, as expressões da linguagem são códigos que propiciam o tráfego de informações entre as pessoas. A própria função representacional da linguagem depende de sua função operacional. As pessoas só podem usar a linguagem para falar do mundo porque são capazes de associar informações às palavras. Por exemplo, eu só posso falar de formigas usando a palavra “formiga” porque associo à palavra certas informações sobre formigas. Para mim, é evidente que esse processo de associação palavra-informação é um processo mental, em certo

sentido de “mental”. Por isso mesmo estou convencido de que, para realmente entendermos o funcionamento da linguagem, devemos em primeiro lugar examinar os processos mentais envolvidos no seu uso, precisamos empreender um estudo internalista da linguagem.

Tornei-me internalista desde o tempo em que estudei as *Investigações Filosóficas* (IF) junto com meus amigos Guido Imaguire e Tarcísio Pequeno, e isso foi bem antes de começar meu doutorado. Não é que tenha tirado meu internalismo das *Investigações*. Isso seria improvável, pois, como se sabe, não é fácil extrair dali nem mesmo uma vírgula internalista que seja. Entretanto, como se diz, às vezes a melhor visão que se tem de Deus é do inferno. E, efetivamente, em meio a todos os ataques anti-internalistas de Wittgenstein, eu, por assim dizer, vi uma luz que me conduziu para o caminho proibido do internalismo. Não é fácil indicar em que ponto exatamente a luz apareceu, mas posso dizer que topei com ela enquanto tentava acompanhar os périplos erráticos da discussão sobre o *ter-em-mente* (“*meinen*”). Em vários aforismos, Wittgenstein falava do *ter-em-mente* como de um mecanismo que realmente tem um lugar na nossa prática da linguagem. Não obstante, ele insistia de todas as formas possíveis que esse mecanismo não é um processo mental. Por exemplo, se alguém diz que “A é um libertino incorrigível”, deve ter em mente um certo A, isso não se discute. O que é contestado é que ter em mente A seja o mesmo que pensar em A, ou o mesmo que fazer qualquer representação mental de A (cf. IF, § 689). Além disso, para Wittgenstein, ter em mente uma regra também não é o mesmo que formular uma regra mentalmente, nem é prever as aplicações de uma regra, nem é ter algo que paira no meu espírito, nem é nenhum outro tipo de estado ou processo mental. Para ele, “ter em mente é como ir ao encontro de alguém” (IF, § 457). Para mim, no entanto, dizer isso não esclarece nada.

Quando li aquela discussão sobre a noção de *ter em mente*, senti que faltava exatamente esse esclarecimento. Na minha opinião, os exemplos de Wittgenstein eram convincentes quando tratavam de mostrar o que o *ter-em-mente* não era, mas não eram satisfatórios quando tentavam caracterizá-lo positivamente. Isso me levou a duvidar de que uma caracterização puramente externalista do *ter-em-mente* fosse possível. A partir daí, foi um passo para concluir que a única forma de caracterizar a noção de uma forma satisfatória é admitindo que quem tem algo em mente realiza uma operação mental, mesmo que

essa operação seja diferente da operação de pensar, e de repetir uma frase mentalmente, e de fazer uma imagem mental, e de fazer qualquer uma dessas operações que Wittgenstein menciona. O que o falante faz em tais casos é um tipo de cálculo inconsciente (ou pelo menos parcialmente inconsciente), um processamento de informações. De fato, Wittgenstein também diz algo assim. Ele afirma que “quem profere uma proposição e a tem em mente, ou a compreende, com isso está operando um cálculo segundo determinadas regras” (IF, §81). Nisso concordo inteiramente com ele. A diferença entre o autor das *Investigações* e eu é que, para ele, esse cálculo não é um processo mental, para mim é; não vejo como possa ser outra coisa.

Dessa maneira, paradoxalmente, posso dizer que foi o antimentalismo de Wittgenstein que me ajudou a perceber que a forma mais adequada que uma teoria da linguagem pode assumir é a de uma teoria internalista.

Depois das *Investigações*, li algumas coisas de Russell que despertaram meu interesse pelos nomes próprios, principalmente pelos nomes próprios vácuos. Fiz algumas anotações e a ideia era escrever um artigo junto com o Tarcísio sobre a análise russelliana dos enunciados com ocorrências de nomes próprios vácuos, mas esse projeto foi engavetado juntamente com minhas anotações. Ainda assim, o que escrevi na época não foi perdido. Com efeito, foram aquelas anotações que usei como base do meu projeto de doutorado e, conseqüentemente, como ponto de partida deste trabalho.

Quando fiz aquelas anotações, já olhava os nomes próprios com os olhos de um internalista, mas confesso que ainda não tinha uma teoria internalista dos nomes próprios. Além disso, não estava seguro sobre o melhor modo de tratar os fenômenos mentais que deveriam ser objeto de uma tal teoria. Deveria tratá-los como crenças, como significados internalizados ou como outra coisa? Só depois de várias experimentações, vi que a melhor forma de tratar esses fenômenos era como fenômenos computacionais. Destarte, a noção que se tornou mais importante para mim foi a noção de *informação*. Não a noção de *informação* como *informação sobre algo*, mas como *informação para algo*. De fato, foi sobre essa noção que construí toda minha análise da função operacional dos nomes próprios. Dizer que nomes próprios são informativos acabou me parecendo muito mais apropriado do que dizer que nomes têm significado. Nomes são informativos

porque eles fornecem informação para nossos sistemas de decodificação de linguagem, a fim de que estes possam realizar certas operações.

Quando minha intenção de fazer uma análise internalista de nomes próprios se aliou a uma noção adequada de *informação*, este trabalho nasceu. Daí para frente, foi só ter cuidado para ele crescer com saúde. O resultado desse cuidado o leitor encontrará em sete capítulos distribuídos em três partes. As partes são: 1ª - A discussão clássica sobre nomes próprios; 2ª - Mente e linguagem: as bases do internalismo linguístico; 3ª - Uma análise internalista dos nomes próprios. A parte em que realmente exponho a minha tese e os argumentos que a sustentam é a terceira. As duas partes anteriores são necessárias para estabelecer os antecedentes históricos e conceituais da minha posição.

Na primeira parte, que é composta pelos três primeiros capítulos, introduzo as principais noções encontradas na discussão clássica sobre nomes próprios (capítulo I), discuto algumas teorias de nomeação (capítulo II) e aponto alguns problemas dessas teorias (capítulo III). Essa parte tem, portanto, a função primordial de informar sobre os episódios mais notórios do debate filosófico acerca dos nomes próprios – quem disse isso, quem disse aquilo, o que quiseram dizer, o que não deviam ter dito etc. Além disso, procura-se mostrar também que a maior parte dos problemas das teorias de nomeação clássicas decorre do fato de elas estarem vinculadas a algum tipo de externalismo semântico, o que as impede de usar noções internalistas para esclarecer certas questões.

Na segunda parte, que é composta pelos capítulos IV e V, apresento as bases do internalismo linguístico (ou semântico). A noção fundamental para o internalismo é a noção de *mente*, e é precisamente ela que discuto no capítulo IV. Preocupo-me principalmente em esclarecer a concepção computacional de *mente*, mostrando que ela é a mais adequada para auxiliar o internalista em seu trabalho de explicação do funcionamento da linguagem. No capítulo V, faço uma exposição sobre as ideias de Chomsky, fornecendo assim um exemplo prático e egrégio de como se faz uma abordagem internalista da linguagem. Assim, através de seus dois capítulos, a segunda parte dá um tipo de justificativa para o ponto de vista internalista e, desse modo, contribui para o resultado final da minha argumentação.

Tendo advertido o leitor dos problemas remanescentes do debate clássico sobre nomes próprios e de suas causas, e tendo igualmente lançado luz

sobre os fundamentos do internalismo, posso finalmente, na terceira parte, fazer a defesa da minha tese. No capítulo VI, trato então de caracterizar a função operacional dos nomes próprios e de sustentar que essa é a principal função dos nomes próprios. Tal função consiste na função que o nome tem de desencadear processamento de informação nas mentes dos falantes. Para tornar mais claro como se dá esse processamento, na última parte do capítulo, descrevo um algoritmo que chamo de ProgX. Esse algoritmo é projetado para responder a pergunta “quem é X?”, sendo X um nome próprio qualquer. A ideia é que ProgX seja tomado como um modelo do que fazemos quando respondemos a pergunta “quem é X?”. É assim que ele consegue esclarecer os processos que estão por trás do nosso uso de nomes próprios. Já no último capítulo, exploro algumas consequências da minha análise dos nomes próprios. Especificamente, procuro responder duas questões absolutamente centrais sobre nomes próprios à luz dessa análise, quais sejam: 1. “Nomes próprios têm um conteúdo descritivo?” E 2. “O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente?”. Ao responder essas questões, estarei, por um lado, caracterizando o que seja o conteúdo descritivo de um nome próprio e, por outro, argumentando que mesmo a função referencial de um nome próprio depende de sua função operacional. E assim encerra-se a terceira e mais importante parte deste trabalho.

Ao final, em uma rápida conclusão, relembro os lances mais decisivos da minha exposição e destaco as conclusões que considero particularmente importantes. Chamo a atenção especialmente para a noção de *informação*, tal como é definida e caracterizada no capítulo VI. No meu modo de ver, essa noção tem uma aplicação filosófica muito mais vasta do que a que é feita dela neste trabalho. Algumas indicações de outras aplicações são dadas então.

De uma forma bem resumida, é isso que o leitor vai encontrar a seguir. Certamente não sou o primeiro a fazer uma análise internalista dos nomes próprios. Searle também fez uma análise desse tipo em *Intencionalidade*. Mas uma certeza e uma esperança me deixam confiante em propor uma análise internalista fundamentada em outras bases. A certeza é a de que a minha análise, como se verá, é mais familiar para quem já se acostumou a pensar na mente como um centro de processamento de informações. A esperança é a de que, uma vez que ela é mais familiar, seja também mais convincente.